

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE FISCALIZAÇÃO OBRAS - CDFO
A Secretaria Municipal de Urbanismo, no uso de suas atribuições, torna pública a presente **intimação N.º 9173**, lavrada em 02/09/2025 em nome de **GERALDO FRAN-CATI**, CPF 127.XXX.XXX-04, referente ao imóvel localizado na AVENIDA ROSA BELLOTO GRANDE, 70, JARDIM NOVO CAMBUÍ, Campinas, SP, CÓD. CARTO-GRÁFICO: 3421.24.74.0515.01001, cujas vias se encontram no protocolo **2002/0/4284**. A intimação corresponde a obrigação constituída na Lei Complementar 09/2003, Art. 43, Parágrafo 1º, estabelecendo-se que deva **REGULARIZAR O IMÓVEL DE ACOR-DO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**, no prazo de **30 (TRINTADIAS)** a contar desta publicação. O não cumprimento da presente intimação ensejará a imposição de multa e demais penalidades.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO
COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE FISCALIZAÇÃO OBRAS - CDFO
A Secretaria Municipal de Urbanismo, no uso de suas atribuições, torna pública a presente **intimação N.º 8789**, lavrada em nome de **Kalil José Zaidan**, CPF 143.XXX.XXX-53, referente ao imóvel localizado na Avenida Francisco Glicério, nº 1804, Cam-pinas/SP, Código Cartográfico 3423.11.14.0337.01001, cujas vias se encontram no pro-tocolo **2006/11/11871**. A intimação corresponde a obrigação constituída na Lei 09/03, Artigo 43, estabelecendo que deverá providenciar a unificação dos lotes 43 e 44 do local e regularizar a construção com os lotes anexados no **prazo de 30 dias**, sob pena de multa. O não atendimento ensejará sanções legais.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO
COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE FISCALIZAÇÃO OBRAS - CDFO
A Secretaria Municipal de Urbanismo, no uso de suas atribuições, torna pública a pre-sente **intimação N.º 8787**, lavrada em 04/09/2025 em nome de **L FAdministração Investimentos e Participações Ltda**, CNPJ 46.042.958/0001-46, referente ao imóvel localizado na Rua Bernardino de Campos, nº 804, Centro, Campinas/SP, Código Carto-gráfico 3423.13.14.0035.01001, cujas vias se encontram no protocolo **2010/11/17063**. A intimação corresponde a obrigação constituída na Lei 09/03, Artigo 43, estabelecendo que deverá regularizar a construção, no **prazo de 30 dias**, sob pena de multa. O não atendimento ensejará sanções legais.

Campinas, 12 de setembro de 2025
PAULO HENRIQUE CREDEDIO
COORDENADOR DEPARTAMENTAL DE FISCALIZAÇÃO OBRAS-CDFO

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS
APROVA FÁCIL - PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Requerimento: 8349/2025 - Prorrogação de Prazo 01
Proprietário da Obra: SERGIO LOPES
Decisão: Prorrogação de prazo no projeto de Edificação Nova de CSEI
Prazo: 30 dias a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial do Mu-nicípio, com base no artigo 35 da Lei Complementar nº 09 de 23 de dezembro de 2003
GABRIELLA VALENTE CAMILLO
COORDENADORA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE REFORMA, DEMOLIÇÃO E CONCLUSÃO DE OBRAS
APROVA FÁCIL - EMISSÃO DE ALVARÁ
Requerimento: 6616/2025
Proprietário da Obra: Gustavo de Mendonça Borges
Decisão: Emitido Alvará de Execução Nº 13024/2025 para projeto de Reforma Não Iniciada de Habitação Multifamiliar Vertical
MARIA FERNANDA VILLARON XAVIER E BARBOSA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE REFORMA, DEMOLIÇÃO E CONCLUSÃO DE OBRAS
APROVA FÁCIL - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS
Requerimento: 6402/2025 - Cumprimento de Exigências 02
Proprietário da Obra: UILES WAGNER DE MORAIS ROSA
Decisão: Cumprir exigências no projeto de Reforma Iniciada ou Já Executada de HC-SEI
Prazo: 30 dias a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial do Mu-nicípio, com base no artigo 35 da Lei Complementar nº 09 de 23 de dezembro de 2003
MARIA FERNANDA VILLARON XAVIER E BARBOSA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS
APROVA FÁCIL - DEFERIMENTO DE PROJETO
Requerimento: 8098/2025
Proprietário da Obra: ASSOCIACAO DE SAUDE PORTUGUESA DE BENEFI-CENCIA
Decisão: Defiro projeto de Ampliação e Reforma Iniciada ou Já Executada de CSEI
GABRIELLA VALENTE CAMILLO
COORDENADORA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

GABINETE DA SECRETÁRIA
A Secretária Municipal de Urbanismo (SEMURB) notifica o interessado a seguir dis-criminado da r. decisão administrativa de segunda instância:
Protocolo n.º: PMC.2025.00032780-96(PMC.2022.00009492-59)
Interessado: L&A ADMINISTRADORA DE BENS E SERVIÇOS EIRELI
CPF/CNPJ: 22.930.670/0001-40
Endereço: RUA AZEVEDO MARQUES, N.º 81 - ANEXO B - JARDIM ALVORA-DA.

Assunto: PEDIDO DE EXCLUSÃO DO POLO PASSIVO E ANULAÇÃO DO AIM 007/2024 (10470874), AIM 35/2024 (13265561) e AIM 036/2024 (13265614).
Decisão: O interessado ingressou com recurso inconformado com a decisão de 1º instância que deixou de conhecer o recurso em razão da intempestividade.

Em leitura ao processo, constata-se que o recorrente foi autuado através do **AIM PSI 007/2024** no dia 08/03/2024 com concomitante **Auto de Embargo N.º 004/2024**, pela prática de "Execução, não autorizada pela PMC, de parcelamento de solo de 105.400 m² de área, e abertura irregular de viário, para circulação no interior da gleba, de 3.063 m, aferidos através de sensoriamento remoto, em análise técnica apresen-tada no documento 7702014, e conforme relatórios da fiscalização (docs. 5066401 e 7702207), todos do protocolo PMC.2022.00009492-59, na gleba de código carto-

gráfico 3162.21.63.0001, acima identificada.". Após, nos termos da Lei, foi reapli-cada a multa pela execução do parcelamento, conforme **AIM PSI 35/2024 no dia 17/12/2024**. Não obstante, foi constatado desrespeito ao Embargo N.º 004/2024, razão pela qual se aplicou o **AIM PSI N.º 36/2024**.

Alega o recorrente:

DA RAZÃO PELA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO INICIAL

O interessado pontual que a infração fora encaminhado por AR ao endereço da empre-sa, porem recebido por terceiro desconhecido, o que impossibilitou o conhecimento da penalidade dentro do prazo recursal. Alega ainda que o envio por AR seria um desrespeito ao estabelecido pela LEI.

Acontece que o procedimento adotado vai de encontro com o disposto no Art. 61 da lei Complementar N.º 208/18, que estabelece que a notificação ao infrator poderá ser feita por via postal, mediante Aviso de Recebimento - AR. Ademais, contata-se que o endereço enviado é o apresentado na qualificação do recorrente.

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

Através do processo SEISANASA.2023.0000001970-17, constatou-se que a empresa L&A ADMINISTRADORA DE BENS E SERVIÇOS EIRELI figura comopromitente vendedora de lotes clandestinos, representada pelo Sr. ADEMIR GERMINI, conforme apurado pela equipe de fiscalização 7702214. Deste modo, conforme orientado no Art. 62 da Lei Complementar N.º 208/18, considerar-se infrator, o **loteador, o empreen-dedor, o proprietário ou o seu sucessor a qualquer título, o possuidor responsável pela implantação do empreendimento e os responsáveis pela comercialização dos lotes ou frações ideais**.

DO NON BIS IN IDEM

Conforme consta da síntese, foram aplicados as penalidades: **AIM PSI 007/2024 no dia 08/03/2024 (Execução de Parcelamento)** e **AIM PSI 35/2024 no dia 17/12/2024 (reaplicação da multa pela execução)**. Além disso, foi lavrado o **AIM PSI N.º 36/2024 (desrespeito ao embargo)**. Deste modo, todas as aplicações seguirão es-tritamente o disposto na Lei, conforme consta do **Art. 59, §1º "Na hipótese do inciso I deste artigo, a multa será reaplicada a cada trinta dias, até o protocolamento do pedido de regularização."**.

DA AREA SUPOSTAMENTE PARCELADA

Conforme consta do Art. 59, I, é aplicada a multa para cada metro quadrado irregular, acrescido de 0,5 (cinco décimos de) UFIC para cada metro linear de rua situada na área irregular, o que foi seguido pela equipe de fiscalização de obras.

Ante o exposto, não vislumbrando ilegalidade nas medidas administrativas adotadas, **INDEFIRO** o presente recurso, mantendo-se as penalidades aplicas ao recorrente.

Campinas, 12 de setembro de 2025
CAROLINA BARACAT DO NASCIMENTO LAZINHO
SECRETÁRIA DE URBANISMO

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS
APROVA FÁCIL - EMISSÃO DE ALVARÁS
Requerimento: 5210/2024
Proprietário da Obra: LEODECIO JORDÃO MARTINEZ
Decisão: Emitidos Alvará de Aprovação Nº 13025/2025 e Alvará de Execução Nº 13026/2025 para projeto de Edificação Nova de CSEI
GABRIELLA VALENTE CAMILLO
COORDENADORA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

GABINETE DA SECRETÁRIA
AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Processo Administrativo: PMC.2025.00101167-81
Amil n.º: 271
Interessado: Secretaria Municipal de Urbanismo
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de scanner, para Se-cretaria Municipal de Urbanismo - SEMURB, do município de Campinas-SP

Diante do valor a ser utilizado para a contratação do objeto em epígrafe, conforme o Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, **AUTORIZO:**
A Dispensa de Licitação em razão do valor, à Contratação da empresa; ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME - CNPJ: 22.415.106//0001-99, e a DESPESA no valor total de R\$. 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais).
Campinas, 12 de setembro de 2025

CAROLINA BARACAT DO NASCIMENTO LAZINHO
SECRETÁRIA DE URBANISMO

COORDENADORIA DEPARTAMENTAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS - CDAP
SOLICITAÇÃO SEMURB ON-LINE: Nº 5548
PROTOCOLO: 2020/99/487
PROPRIETÁRIO: EDIFICIO SAINT FELIPE
DECISÃO: SOLICITAÇÃO INDEFERIDA NOS TERMOS DO ART. 35 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 09 DE 23/12/2003
PRAZO PARA RECURSO: 30 DIAS

SOLICITAÇÃO SEMURB ON-LINE: Nº 8731
PROTOCOLO: 2022/99/60
DECISÃO: DEFIRO PROJETO DE DEMOLIÇÃO TOTAL
PROPRIETÁRIO: RODRIGO ROMEU DA SILVA

DEFERIDOS
PROT. 22/11/7353 CARLIN DE LIMA;
PROT. 21/11/5462 JOSE FRANKLIN GINDLER;
PROT. 22/11/9499 MARIA JOSE DA ROCHA MELO.

COMPAREÇAM OS INTERESSADOS - 1006
PROT. 23/11/10113 LUIZ ANTONIO DA SILVA;
PROT. 23/11/13471 VILMAR DE PAULA;
PROT. 21/11/9497 LUCAS HISATUGO;
PROT. 24/11/9052 JESUS RODRIGUES POUSA;
PROT. 21/11/4464 ARI SEDANO LEVANTESE;
PROT. 23/11/6466 JOSE ROBERTO ALVES;
PROT. 24/11/11632 ARTHUR LUIZ DE PAULA BOTARO;